



**ORDEM DO DIA
PARA A 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 22 DE JUNHO DE 2005**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0095, de 2003, (Autógrafo nº 26167), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Altera dispositivos da Lei n.º 11.023, de 2001, que dispõe sobre a reserva de 4% (quatro por cento) de todos os imóveis populares para serem comercializados com policiais civis e militares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0184, de 2003, de autoria do deputado Romeu Tuma. Proíbe a instalação, utilização, manutenção, locação, guarda ou depósito de máquinas caça-níqueis de vídeo-bingo, vídeo-pôquer e assemelhadas, em bares, restaurantes e similares. Pareceres nºs 901, 902 e 903, de 2003, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça, da Comissão de Segurança Pública e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0615, de 2003, de autoria da deputada Havanir Nimtz. Obriga os estabelecimentos, que comercializam qualquer tipo de alimento, a afixarem cartazes explicativos sobre a quantidade calórica existente em cada porção dos alimentos servidos. Com 3 emendas. Parecer nº 412, de 2004, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda e às emendas. Parecer nº 413, de 2004, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto e às emendas, e à emenda da Comissão de Justiça. Em anexo Projeto de lei nº 1021, de 2003, de autoria do deputado Romeu Tuma. Parecer nº 404, de 2004, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 405, de 2004, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto e à emenda.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0668, de 2003, de autoria do deputado Marcelo Bueno. Obriga o poder público a repassar 20% (vinte por cento) do total arrecadado com as multas aplicadas nas estradas estaduais para as Santas Casas de Misericórdias. Pareceres nºs 1936 e 1937, de 2003, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis. Parecer nº 1938, de 2003, de relator especial pela

Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0685, de 2003, de autoria da deputada Analice Fernandes. Altera a redação do parágrafo 18 do artigo 37-A da Lei nº 11.216, de 2002, que dispõe sobre áreas de proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Pareceres nºs 160, 161 e 162, de 2004, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, do Meio Ambiente e de Assuntos Metropolitanos, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0613, de 1999, de autoria do deputado Arthur Alves Pinto. Dispõe sobre o transporte e o atendimento de doentes em ambulância. Pareceres nºs 1677, 1678 e 1679, de 2000, respectivamente da Comissão de Justiça, de relator especial pela Comissão de Saúde e da Comissão de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0404, de 2003, de autoria do deputado Simão Pedro. Dispõe sobre a utilização de programas de informática pela Administração Pública Estadual. Pareceres nºs 589, 590 e 591, de 2004, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1102, de 2003, de autoria do deputado José Zico Prado. Responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente pela lavagem dos uniformes de seus empregados. Pareceres nºs 253, 254 e 255, de 2005, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Relações do Trabalho e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0121, de 2004, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Cria a Faculdade de Tecnologia de Rio Claro, como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. Pareceres nºs 103, 104 e 105, de 2005, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÃO QUE INDEPENDE DE PARECER MAS DEPENDE DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Discussão e votação - Requerimento nº 1919, de 2005, de autoria do deputado Giba Marson e outros. Propõe a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar a fuga de empresas e indústrias do Estado decorrente da "guerra fiscal" e irregularidades praticadas pelas montadoras, frotistas e empresas locadoras na comercialização de veículos automotores.